

O Governo e o seu líder

A medida provisória do salário passou a ser a pedra de toque fundamental para o ministro Fernando Henrique Cardoso e o próprio governo. Há quem julgue, notadamente nas imediações do Ministério da Fazenda, que o ponto frágil de toda a coordenação política do governo no Congresso é o deputado Roberto Freire, líder do governo na Câmara. Alega-se contra ele que, tendo feito toda sua carreira política na oposição, num partido revolucionário, não possui a experiência de governo que o habilite a desempenhar com sucesso a sua missão. Assinala-se também que Freire não perdeu muito das antigas concepções políticas populistas da esquerda, o que entra em conflito direto com a estratégia do programa econômico do ministro Fernando Henrique Cardoso. Outro fator, segundo os analistas políticos, que enfraquece a posição do líder é seu partido, o PPS, um dos menores da Câmara, contando sua bancada com três deputados apenas. Por outro lado, em virtude de sua origem comunista, Freire é recebido com reservas, pelos grupos conservadores do Congresso e da imprensa, que diante dele não demonstram a menor boa vontade.

A substituição de Freire na liderança do governo não é sequer examinada, sob o argumento de que tal ato poderia ser interpretado como uma indicação de que o governo poderia estar fazendo uma inclinação na direção da direita. E, como consequência de uma decisão dessa natureza, os partidos de esquerda, que se encontram no governo, ameaçariam dele retirar-se, incomodados com a substituição do atual líder do governo. Para preencher as qualificações que Freire não possui, o ministro Fernando Henrique Cardoso resolveu se socorrer do deputado baiano Genebaldo Correia, líder do PMDB, que goza de bom trânsito na Câmara entre seus colegas de vários partidos, justamente pela sua habilidade e o equilíbrio político, qualidades indispensáveis a um eficiente líder de governo, papel este que Freire não estaria sabendo desempenhar a contento. Além do mais, como se ainda estivesse na oposição, Freire fala muito e, com frequência, entra em desacordo com a orientação do Palácio do Planalto, o que não é da natureza nem da conveniência do líder do governo, impedido, na sua função, de ter opiniões de caráter pessoal.